

Por mais terras que eu percorra*

Vida, luta e martírio do sargento Manoel Raimundo Soares

[Parte 1]

Mário Maestri** e Helen Ortiz***

Fundada há quase quatrocentos anos na boca do Amazonas, a cidade de Belém domina o norte brasileiro. Hoje, sua região metropolitana supera os dois milhões de habitantes, vivendo em condições que lembram as que ensejaram, há mais de 160 anos, a luminar revolta social cabana. Em fins dos anos 1930, Belém mantinha seu perfil colonial, com seus suntuosos casarões e as mangueiras que, ao longo das ruas centrais, esforçavam-se para amainar o calor equatorial opressivo. Na época, possuiria pouco mais de cem mil moradores, em geral de pele morena, herdada dos antigos senhores dessas regiões.

Em 15 de março de 1936, Etelvina Soares dos Santos pariu Manoel Raimundo, possivelmente em sua residência humilde. Como tantas outras mulheres paraenses fortes, criou o menino e seus dois irmãos desejando-lhes um futuro melhor como trabalhadores dignos. Manoel Raimundo mostrou-se muito logo menino e jovem inteligente e de fibra. Após concluir o primário no Grupo Escolar Paulino de Brito, cursou estudos técnicos no Instituto Lauro Sodré, enquanto trabalhava em oficina mecânica.

Em 1953, com apenas 17 anos, Manoel Raimundo abandonou a pacata Belém para morar com conhecidos na capital federal, então grande palco dos fortes confrontos políticos e sociais que dilaceravam o Brasil. Por se envolver neles, mais e mais, com a galhardia dos velhos guerreiros cabanos, o menino de dona Etelvina conheceria a morte, na luta por seus ideais, aos trinta anos, distante de sua terra natal, nas águas geladas do rio-estuário da capital do Brasil meridional.

A crise do nacional-desenvolvimentismo

Em 1950, três anos antes de Manoel Raimundo chegar ao Rio de Janeiro, o rio-grandense Getúlio Vargas elegera-se presidente da República, com 48,7% dos votos, pelo PSD, PTB e PSB, propondo continuar a industrialização nacional autônoma, apoiada no mercado interno. Durante a campanha eleitoral, atacara a "velha democracia liberal e capitalista" e defendera o "industrialismo" e os "direitos trabalhistas". Seu governo seria varado por graves conflitos e contradições.¹

A valorização do cruzeiro e a desvalorização do preço das matérias-primas no mercado internacional deprimiam o valor das exportações, exigindo o controle governamental das remessas de lucros e de dividendos, necessário à compra de tecnologia, de equipamentos, de petróleo, etc. Como no Estado Novo, o getulismo expressava, sobretudo, a burguesia industrial e os proprietários agro-pastoris voltados para o mercado interno, e, agora, secundariamente, o operariado fabril, mantido na subordinação social, política e ideológica.

* Essa síntese histórica integra a publicação *O direito na história: o caso das mãos amarradas* [Porto Alegre: TRF da 4ª Região. Coordenadoria de Documentação, 2008] com o Relatório Tovo e o Acórdão daquele tribunal sobre o processo de anistia de Manoel Raimundo Soares.

** Mário Maestri, 59, é professor do Programa de Curso e do Pós-Graduação em História da UPF. [maestri@via-rs.net]

*** Helen Ortiz, 31, é mestre em História pelo PPGH da UPF [helen.ortiz@bol.com.br].

¹ Cf. FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 156 *et seq.*;

O governo Vargas iniciou-se com orientação nacional-desenvolvimentista moderada, oferecendo abertura aos capitalistas estrangeiros, desde que associados aos nacionais e respeitosos dos “interesses do país”. Então, o Brasil tinha 52 milhões de habitantes. As classes industriais, médias e operárias haviam-se fortalecido fortemente em relação ao Estado Novo, enquanto decrescia o poder dos exportadores, organizados sobretudo na UDN, que expressava igualmente o imperialismo e o capital financeiro.

Nova relação de forças

O novo governo Vargas ampliou a intervenção do Estado na economia que levava, no Estado Novo, à criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco. Foram fundados os bancos da Amazônia e do Nordeste; o BNDE e a Eletrobrás. Em 1951, ditou-se o monopólio estatal sobre o petróleo e minerais radioativos. Em 1953, a fundação da Petrobrás galvanizou os sentimentos nacionalistas da população e, a seguir, restringiu a hemorragia das contas públicas com as importações do petróleo.²

A estreiteza do mercado interno e da poupança nacional emperrava o nacional-desenvolvimentismo. O mercado urbano era limitado e o rural, menor. Os salários fabris aproximavam-se ao mínimo necessário à subsistência. O prosseguimento do padrão nacional-desenvolvimentista burguês exigia maiores investimentos e maior consumo, através do fim do latifúndio, sem indenização; da generalização das leis trabalhistas; da elevação dos salários; de maior participação estatal na economia, etc.³

Essas medidas democrático-burguesas sequer interessavam aos industrialistas ligados ao governo, pois fortaleceriam o mundo do trabalho e quebrariam o pacto agrário-industrial, que assegurava a manutenção do latifúndio. Em agosto de 1954, o suicídio de Vargas assinalou o fim da capacidade e disposição do capital industrial nacional de garantir ao país desenvolvimento capitalista tendencialmente autônomo. Nesse momento, ele já abandonara maciçamente a política populista, com a qual subordinara os trabalhadores industriais urbanos aos seus interesses.

Rápida progressão

Em 1955, meses após a comoção nacional causada pelo suicídio de Getúlio Vargas, Manoel Raimundo Soares, com 19 anos, alistou-se no Exército, alcançando o posto de segundo sargento, após quatro promoções. Em 20 de setembro do mesmo ano, após namoro de apenas três meses, casou-se com a jovem Elisabeth Chalupp, mineira de origem humilde, criada por família estranha, trabalhando no Rio de Janeiro como operária industrial. Manoel Raimundo gostava de chamar a esposa de *Betinha* e *Beta*.⁴

Falta-nos ainda informação mais precisa sobre a precoce e destacada participação do jovem sargento paraense nos conflitos vividos pela sociedade e, junto com ela, pelas Forças Armadas, nesses anos em que o país foi fortemente tensionado por iniciativas golpistas conservadoras, com destaque para a tentativa de deposição de Goulart, em 1961. Ensaio golpista derrotado que transformou o jovem governador sulino Leonel Brizola no principal

² Cf. FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989; BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp. 231 *et seq.*

³ Cf. BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente. 1950-1988*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

⁴ Cf. Entrevista de Elisabeth Chalupp, pela jornalista Tânia Faillace, Zero Hora, Porto Alegre, 2.09.1966.

líder popular-nacionalista e grande referência para o movimento dos suboficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica.⁵

Desde o governo de Juscelino Kubitschek [1956-1961], Manoel Raimundo começara a despontar como militante de vanguarda da luta pela organização sindical e política dos suboficiais do Exército. Araken Vaz Galvão, seu companheiro de farda e de luta, assinala que, por voltas de 1958, ele vivia em Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, e servia, como escrevente, no Batalhão Escola de Saúde, em Magalhães Bastos. Nesse então, Manoel Raimundo exercia o que Araken definiu como “liderança suave, relacionada com os problemas” dos sargentos discutidos no Clube da classe, transformando-se, logo, em um dos “principais fundadores” do “Movimento dos Sargentos”, assim batizado por ele.⁶ Além de outras reivindicações sindicais e democráticas, os suboficiais do Exército mobilizavam-se pelo direito de progressão ao oficialato; pelo direito de casamento civil, sem autorização do Exército; pela estabilidade após cinco anos de serviço; pela elegibilidade ao parlamento dos suboficiais.⁷⁸

Por sua cultura, inteligência e decisão, Manoel Raimundo era referência para seus companheiros de farda. O ex-subtenente pára-quedista do Exército Jelsi Rodrigues descreve-o como homem de estatura baixa e corpo franzino, “cabeçudo”, de “bigodinho”, de pele levemente morena, habitual do paraense, muito culto e sobremaneira corajoso. O ex-sargento Araken Galvão, seu particular amigo, lembra que era um “grande orador” e “neurótico por cultura”, tendo procurado intelectuais como o sociólogo Vinícius Caldeira Brant, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, entre outros, para ampliar os horizontes do movimento dos sargentos. Antes mesmo do golpe, Manoel Raimundo interessava-se pela literatura marxista, lendo e divulgando Marx, Engels, Lênin.⁹

Na ante-sala do golpe

No mínimo desde 1963, Manoel Raimundo preocupava-se com a necessidade de organizar resistência ao golpe militar, que se aproximava, tendo procurado preparar as condições para resistência, na Serra do Mar, nas proximidades do Rio de Janeiro, possivelmente inspirado na experiência cubana. O que lhe ensejou inquérito no Exército, por desvio de armas e cooptação de sargentos.¹⁰

Devido à manifestação de sargentos do Exército, em 11 de maio de 1963, no Sindicato dos Comerciantes, no centro do Rio de Janeiro, Manoel Raimundo sofreu pena disciplinar e foi transferido, do Rio de Janeiro para Campo Grande, no Mato Grosso, o mesmo ocorrendo com seus companheiros, promotores da reunião, do Comando Geral dos Sargentos, enviados para o mesmo estado e para outras destinações.¹¹

Do manifesto de posições muito duras lido quando da manifestação, faria parte frase de autoria de Manoel Raimundo que dizia: “O martelar das oficinas, o ribombar dos tambores

⁵ Cf. MARKUN, Paulo & HAMILTON, DUDA. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

⁶ Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 6 de maio de 2008; “Retrato de um sargento”, capítulo do livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

⁷ Depoimento aos autores do ex-tenente José Wilson da Silva, realizada por telefone, em 4.05.2008; cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 68 *et seq.*

⁸ Cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó [...]*. Ob.cit. p. 26 *et seq.*

⁹ Id.ib. pp. 26 e 67.

¹⁰ Id.ib. pp. 68.

¹¹ Id.ib. pp. 68 e 72

confundir-se-ão com o choro das crianças famintas. O instrumento de trabalho dos sargentos é o fuzil.”¹² A repressão afastou da capital da República grande parte do núcleo central do Comando Geral dos Sargentos.

O Golpe de Estado de 1964

Em 1964, as burguesias industrial e financeira nacionais romperam com o projeto nacional-desenvolvimentista autônomo, para impor padrão de acumulação de capitais através de maior integração ao capital mundial; super-exploração do trabalho; orientação do consumo aos segmentos ricos nacionais e ao comércio mundial, etc. O golpe iniciou em Minas Gerais, em 31 de março, chefiado por militar ex-integralista, com o apoio dos USA, que preparou intervenção no Brasil, caso houvesse resistência – *Operação Brother Sam*.

Em Porto Alegre, Leonel Brizola tentou reviver a *Legalidade*, apoiado pelo comandante do III Exército, pela Brigada, pelos sub-oficiais do Exército e da Aeronáutica, por populares. Em 2 de abril, já na capital sulina, João Goulart negou-se a chefiar a resistência, permitindo que o golpismo se instalasse praticamente sem oposição. João Goulart viajou para uma sua estância em São Borja e, dali, para o Uruguai. O PCB, única organização de esquerda com força sindical e popular, subordinara a oposição ao golpismo à direção de Goulart e a *esquema militar* organizado em torno de altos membros das forças golpistas.¹³

Políticos e historiadores defenderam e defendem a negativa de João Goulart de opor-se ao golpe como ato que impediu “derramamento de sangue” no Brasil, tese proposta pelo próprio ex-presidente.¹⁴ A imposição da ditadura sem resistência ensejou a maior derrota histórica que o mundo do trabalho e da democracia jamais viveu no Brasil, com gravíssimas conseqüências para o país, para a América Latina e para o mundo, que se mantém até hoje.

Golpismo em marcha

Após o golpe e o “Ato Institucional” n.º 1, de 9 de abril, ao qual seguiriam outros, a alta oficialidade militar interveio nas associações sindicais e profissionais, no legislativo, no executivo e no judiciário; expurgaram, prenderam, torturaram, etc. opositores, que abandonaram comumente o país, quando puderam, sobretudo pelo Uruguai, onde se encontravam João Goulart e Leonel Brizola, com as relações políticas e pessoais cortadas.

O golpe militar, apoiado pelas classes proprietárias do Brasil, objetivava relançar o padrão de acumulação de capital, a partir de bases distintas das nacional-desenvolvimentistas, que exigiam, como visto, reformas estruturais não aceitas mesmo pelo capital industrial nacional. A ditadura militar expressava também a necessidade dos capitais externos, sobretudo estadunidenses, de intervenção mais direta no país, onde haviam conquistado maiores posições.

Sob a direção do general Castelo Branco, expressão do capital financeiro e imperialista, o governo implementou política liberal e recessiva, que estendeu a seguir o descontentamento até mesmo a setores que haviam apoiado o golpe, com destaque para as classes médias, ensejando a primeira tentativa de reunificação de oposição anti-ditatorial política superestrutural, a fracassada Frente Ampla, de 1966, promovida sobretudo por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

¹² Id.ib. 76,

¹³ Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. rev. e ampl. Brasília: EdiUnB; Rio de Janeiro, Revan, 2001.

¹⁴ Cf. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 32.

A sub-oficialidade nacionalista

A frustração ensejada pela derrota sem resistência e o crescente descontentamento popular levaram a que sub-oficiais nacionalistas de esquerda das forças armadas, sobretudo do Exército e da Marinha, presos e reformados em grande número, tenham sido setor social que se disponibilizou prontamente para a luta anti-ditatorial direta, no contexto prático e político próprio ao mundo castrense, organizando-se em torno de Leonel Brizola, que seguia no Uruguai disposto a lutar pelas forças das armas pelo fim da ditadura.

Manoel Raimundo teve a prisão decretada, em abril, e foi expulso do Exército, em junho de 1964. Para não ser preso e poder integrar-se à luta anti-ditatorial, apenas estourou o golpe, desertou seu quartel em Campo Grande, junto ao sargento Araken Galvão, também destacado no Mato Grosso. Manoel Raimundo e Araken viajaram para Juiz de Fora e, a seguir, para o Rio de Janeiro, de onde partiram, mais tarde, para o Rio Grande do Sul. Manoel Raimundo teria declarado à polícia que viajou para Porto Alegre, em 26 de janeiro de 1965, à procura de emprego, retornando ao Rio de Janeiro, em 6 de março. Em 29 de setembro, teria voltado ao Sul, sob promessa de trabalho, feita pelo sub-oficial Leony Lopes, que lhe teria igualmente apresentado Edu Rodrigues, civil pretensamente oposicionista mas, nos fatos, informante da polícia, como veremos.¹⁵

Mais de vinte sargentos teriam viajado, como Manoel Raimundo, do Rio de Janeiro para Porto Alegre, para integrar-se à resistência. Uma transferência mais do que compreensível pois, desde 1964, o Rio Grande do Sul tornara-se a principal via para alcançar ou manter contatos com o Uruguai, então centro anti-ditatorial. Em 1965, haveria mais de dois mil brasileiros refugiados naquele país.¹⁶ De 1964 a 1966, o ex-governador Leonel Brizola depositou grande esperança na possibilidade de sublevar Porto Alegre e o Rio Grande do Sul apoiado em oficiais e suboficiais constitucionistas, nacionalistas e de esquerda ainda em serviço.

A primeira resposta armada à ditadura

Foi precisamente do Uruguai, em 20 de março de 1965, que o coronel do Exército Jéferson Cardin de Alencar Osório e o sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos ingressaram no Rio Grande do Sul para organizar coluna de pouco mais de vinte homens. O grupo armado, após tomar a cidade sulina de Três Passos, em 25 de março, dirigiu-se ao oeste do Paraná, onde, no dia 27, foi disperso, após combate desigual com as forças da ditadura. No combate morreu sargento das forças repressivas. O objetivo da coluna do Movimento Nacionalista Revolucionário, ligado a Leonel Brizola, era sublevar militares oposicionistas, no Rio Grande do Sul e, a seguir, no Brasil.¹⁷

Em Porto Alegre, desde começos de 1965, como assinalado, o sargento Manoel Raimundo, companheiros seus do Comando Geral dos Sargentos e outros resistentes locais participaram ativamente da organização de dois levantes de quartéis da Brigada e do Exército da capital. O primeiro contaria com “entre quarenta e setenta pessoas prontas para fazer a insurreição”, “espalhadas por aparelhos em Porto Alegre”, e mais outros suboficiais que chegariam do Rio de Janeiro. O plano teria desandado devido à prisão de Araken Vaz Galvão.¹⁸

¹⁵ Zero Hora, Porto Alegre, 05.09.1966.

¹⁶ Cf. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Ob.cit. p.18.

¹⁷ Cf. CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Arte & Ofícios, 1977. pp. 99 et seq.

¹⁸ Cf. COSTA, José Caldas da. *Caparaó [...]*. Ob. cit. pp. 118 et seq.

Em fevereiro-março de 1966, após o fracasso da chamada “Guerrilha de Três Passos”, um segundo projeto de levante em Porto Alegre não prosperou, devido à denúncia do plano ao comando militar, um dia antes da sua eclosão, por capitão da Brigada Militar envolvido no movimento, com a prisão de oficiais, suboficiais, trabalhadores, estudantes, etc. O fracasso do segundo levante fortaleceu a proposta da organização da luta anti-ditatorial através de focos armados rurais, desejada pelos suboficiais do Exército e Marinha, à qual Leonel Brizola resistia.¹⁹

A queda de Manoel Raimundo

Às 17:35 da tarde de 11 de março, Manoel Raimundo foi preso ao entregar entre quinhentos e dois mil *panfletos*, possivelmente por ele escritos, com os dizeres “Abaixo a ditadura militar”, contra a chegada, naquele dia, a Porto Alegre, do general-ditador Castelo Branco, a Edu Rodrigues, um civil acagüete, em frente ao auditório Araújo Viana. Na distribuição dos manifestos estariam envolvidos funcionários da Carris, empresa pública com antiga tradição de luta sindical e política.²⁰ Conhecido pelo serviço de informação do Exército como uma das principais lideranças do movimento dos sargentos e possivelmente por seu envolvimento nos movimentos de resistência em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, Manuel Raimundo era uma presa valiosa para a repressão, já que, se vergado, causaria baixas duríssimas entre seus companheiros de luta e no movimento de resistência à ditadura.

A documentação conhecida assinala que, quando da sua prisão, Manoel Raimundo militava em pequeno grupo reunindo sobretudo remanescentes da “Guerrilha de Três Passos”, denominado Movimento Revolucionário 26 de Março [MR-26]. A denominação seria uma homenagem ao primeiro combate armado com a ditadura, quando da chamada “Guerrilha de Três Passos”. Praticamente toda a escassa informação disponível publicada sobre Manoel Raimundo reafirma essa militância.

Jelsi Rodrigues, companheiro de Manoel Raimundo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, lembra que, naquele então, os suboficiais resistentes reconheciam-se sobretudo como membros do Comando Geral dos Sargentos. Quando muito, Manoel Raimundo se compreenderia como parte do Movimento Nacionalista Revolucionário, organizado sobretudo pelos suboficiais do Exército e da Marinha, em associação com Leonel Brizola e seguidores. Jelsi Rodrigues sequer tem conhecimento do MR-26.²¹ Araken Galvão, com participação destacada na primeira tentativa de levante em Porto Alegre e um dos companheiros mais próximos de Manoel Raimundo, declarou: “Ao que eu saiba, Soares nunca militou no MR-26. Aliás, nem sei que movimento foi esse [...]”²²

Companheiros de farda

Manoel Raimundo foi preso, no dia 11 de março, por dois militares à paisana, da 6ª Companhia da Polícia do Exército, Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, sem qualquer determinação judiciária, ao arrepio das próprias leis então reconhecidas pela ditadura, devido à denúncia do informante Edu Rodrigues, como visto. A ordem de prisão teria

¹⁹ Id.ib. p. 123.

²⁰ Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008; Zero Hora, Porto Alegre, 03 e 05.09.1966; COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit. p. 142.

²¹ Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008.

²² Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008.

partido de Darci Gomes Prange, capitão da referida companhia. Era o início do longo calvário do jovem paraense, nas mãos dos torcionários do Exército e da Polícia Política.

Manoel Raimundo foi levado em um táxi DKV verde à sede da Polícia do Exército, onde, sem delongas, sofreu as primeiras sevícias infligidas por ex-colegas de farda, o sargento Pedroso e os tenentes Nunes e Glênio Carvalho de Sousa. A seguir, foi transferido para o mais *experiente* Departamento de Ordem Política e Social [DOPS], no Palácio de Polícia, na avenida João Pessoa, para ser duramente torturado e espancado, por longos dias, agora pelos delegados Enir Barcelos da Silva, Itamar Fernandes de Souza, José Morsch, entre outros.

Na época, sobretudo no Rio Grande, a tortura não se transformara ainda em prática institucionalizada, sobretudo nas forças militares. O ódio acumulado por oficiais golpistas e direitistas contra o destacado líder do Comando dos Sargentos e sua importância na resistência anti-ditatorial talvez expliquem a violência com que foi interrogado. Sem qualquer resultado. Ainda hoje, os companheiros de Manoel Raimundo lembram-se emocionados da decisão com que o jovem enfrentou o interrogatório, não raro cantando o Hino Nacional e a Marselhesa, sem jamais dobrar-se, não revelando sequer um nome de companheiros e depósitos de armamentos, prontamente transferidos, após a sua queda.²³

Depoimentos incontornáveis

Possivelmente a improvisação da repressão na época e a importância e galhardia de Manoel Raimundo ao enfrentar seus algozes tenham ensejado a paradoxal exposição pública das duras torturas a que foi submetido, realidade que se procurou manter sob sigilo, mesmo quando do *fechamento do regime*, após o Ato Institucional n.º 5, em fins de 1968. São precisas, abundantes e concordantes as declarações, sobretudo de outros presos políticos, sobre os maus-tratos sofridos pelo jovem paraense, na semana em que permaneceu no DOPS.

Em depoimento publicado no Jornal Zero Hora, de 17 de setembro de 1966, Antônio Giudice, detido no DOPS, de 10 a 15 de março de 1966, relatou “que conversou com Manoel Raimundo, vendo os hematomas e cicatrizes” “das torturas que vinha sofrendo”, pois “era diariamente, torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros”.²⁴ O pau-de-arara é haste de pau ou ferro, para suspender o prisioneiro durante a tortura, com os pés e as mãos amarrados para trás, de cabeça para baixo.

Aldo Alves Oliveira, funcionário da Companhia Carris, preso na DOPS desde 10 de março, testemunhou ter conhecido Manoel Raimundo, que “mostrava vários sinais de sevícias”. Na ocasião, viu, quando o ex-sargento “estava sentado no corredor” de “acesso à cela”, “sem camisa”, “as marcas de queimaduras” e sinais de violência. Tão forte fora o espancamento que ele “não podia engolir alimentos sólidos, razão pela qual” Aldo e outros presos forneciam-lhe “alguma porção” do “leite que lhes era enviado por familiares”.²⁵

As noites e os dias

Aldo Alves relatou igualmente que, durante o tempo que esteve preso, “percebia que, quase todas as noites, pela madrugada, o ex-sargento Manoel Raimundo Soares era

²³ Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; COSTA, J.C. *Caparaó [...]*. Ob.cit. p. 14.

²⁴ Dados retirados do site www.torturanuncamais-rj.org.br. Acesso em 24 abril de 2008.

²⁵ Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 41-42.

torturado, o que podia ser comprovado pelos gritos da vítima e também pelo aspecto físico que apresentava quando era trazido de volta a sua cela e passava defronte a porta em que se encontrava o depoente [...]”.²⁶

Também presa no DOPS em março de 1966, a advogada Élide Costa afirmou que, ao ouvir “gritos, urros de dor e ruídos de coisas que caíam”, um “agente policial” lhe explicara que “se tratava de uma festa em [um] outro andar”.²⁷ Ao deparar-se com “uns seis ou oito presos”, todos da Carris”, quando ia ao banheiro, ela contou-lhes o que passava, “e o risco que todos [eles] corriam”.²⁸

Élide passou a noite temendo “que o mesmo poderia lhe suceder”. Temor acrescido quando, de madrugada, “viu, com os próprios olhos, um rapaz que, pelo estado de seu corpo, que estava inclinado para frente, ia sendo carregado por dois homens”. Na ocasião, “ouviu dizer” que o preso estava ferido, sangrava e se encontrava em “coma” e que “fora recolhido a uma cela fechada à chave”. Mais tarde, o ex-sargento “foi levado”, com dificuldades, “pelos presos”, até a advogada, que ouviu do mesmo chamar-se Soares.²⁹

Na Ilha do Presídio

Por não dobrar-se às exigências dos algozes, Manoel Raimundo foi torturado em forma incessante, por mais de uma semana, pelos torcionários à procura de informação sobre seus companheiros de luta e de ideal, sendo recolhido apenas em 19 de março de 1966, nove dias após sua prisão, à ilha do Presídio, no rio Guaíba, destinada desde o golpe militar também ao encarceramento de presos políticos. A ilha contaria com guarnição de mais de trinta policiais.

A pequenina ilha do Presídio, com uns cento e cinquenta metros de comprimento por trinta a oitenta de largura, destaca-se por suas grandes pedras de granito, a pouco mais de dois quilômetros da costa de Guaíba. Conhecida inicialmente como ilha das Pedras Brancas, fora ponto estratégico de ataque-defesa de Porto Alegre na Guerra dos Farrapos. Passara a ser denominada de ilha da Pólvora, ao receber duas construções para armazenar munição, em 1857. De 1956 a 1973 e de 1980 a 1983, funcionara como presídio, o que lhe assegurou sua última denominação.

A ilha do Presídio, caracterizada pela forte umidade, era local onde os prisioneiros políticos encontravam-se *relativamente* protegidos das torturas policiais, devido à estreiteza das instalações, ao elevado número de detidos, às dificuldades dos inquisidores de se deslocarem até ela. Para serem interrogados, os prisioneiros eram habitualmente levados de volta a Porto Alegre, onde ficavam entregues à violência e ao arbítrio dos militares e policiais torturadores. Hoje, as instalações da ilha encontram-se abandonadas e depredadas.

Em 1966, o guarda civil Selço José Muller dos Santos permaneceu encarcerado na ilha por dez dias. Mais tarde, declarou que, na ocasião, auxiliou Manoel Raimundo a se mover “até sua cela”, pois se encontrava “bastante ferido”, com “dificuldade para locomover-se”.³⁰ À noite, Selço preparava “salmoura para passar nas costas e pernas de Manoel”, partes do corpo muito feridas devido aos espancamentos, segundo relatou o próprio Manoel.³¹ Selço

²⁶ Loc.cit.

²⁷ Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 43.

²⁸ Loc.cit.

²⁹ Loc.cit.

³⁰ Relatório Tovo p. 22

³¹ Loc.cit.

teria aconselhado ao sargento que “pusesse água com açúcar” em “uma espécie de hematoma” que tinha no olho. Devido a ferimento propiciado pelo tenente Nunes durante a tortura, Manoel Raimundo perdera parcialmente a visão de um olho.³²

³² Loc. cit.